

DESIGUALDADE, FRAGMENTAÇÃO DA CIDADE E CONFLITOS SOCIAIS

Thiago Aparecido Trindade

Universidade Estadual Paulista - Presidente Prudente

thiagot2005@yahoo.com.br

RESUMO

A finalidade deste artigo é fazer uma reflexão sobre alguns dos principais problemas que atingem as duas maiores metrópoles brasileiras, Rio de Janeiro e São Paulo. No decorrer do texto, discutimos com ênfase duas questões específicas: a fragmentação do tecido urbano a partir da implantação de condomínios fechados de alta renda e seus principais rebatimentos socioespaciais, e a territorialização das favelas pelo tráfico de drogas e a consequência disso no cotidiano das classes trabalhadoras habitantes de espaços segregados. A partir de contribuições de autores de diferentes áreas do conhecimento no âmbito das Ciências Humanas, procuramos analisar as principais causas e consequências desses fenômenos de um ponto de vista crítico, desconstruindo alguns preconceitos freqüentemente disseminados pelos grandes meios de comunicação e pelas classes dominantes.

Palavras-chave: metrópoles; conflitos sociais; desigualdades

INEQUALITY, THE CITY FRAGMENTATION AND SOCIAL CONFLICT

ABSTRACT

The purpose of this article is think over a few important problems of the two biggest Brazilian metropolis, Rio de Janeiro and São Paulo. On the text, we discuss with emphasis two specific questions: the fragmentation of the urban tissue starting from implantation of gates condominiums of larger purchasing and your principals sociospatial impacts, and the territorialization of the favelas by drugs traffic and the consequences of this on the everyday of the worker classes residents of segregation spaces. Starting from contributions of authors of different areas of knowledge on Human Sciences, we analyze the most important causes and consequences of this phenomenon's of a critical point of view, deconstructing a few prejudices most frequent disseminated by great mass communication and by dominant classes.

Keywords: metropolis; social conflicts; inequalities

INTRODUÇÃO

Este texto é resultado do trabalho final da disciplina Sociologia Rural e Urbana, ministrada pelo professor Luís Antonio Barone durante o ano letivo de 2006, no curso de Bacharelado em Geografia da UNESP de Presidente Prudente. O objetivo deste breve estudo é fazer uma discussão sobre alguns dos maiores problemas que estão em evidência hoje nas duas maiores cidades brasileiras: as metrópoles do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Recebido em 03/05/2007

Aprovado para publicação em 31/08/2007

Os problemas que assolam estas cidades, ou melhor, que assolam principalmente elas, porque na realidade são problemas que se manifestam em outras grandes cidades, mas em escalas menores, constituem-se em alguns dos maiores desafios colocados hoje para a sociedade brasileira. Esperamos, com este texto, contribuir para um maior entendimento dessas questões, que nos possibilite olhar alguns pontos importantes com um pouco mais de cautela, e não apenas sob o prisma dos grandes meios de comunicação e da ideologia dominante.

No primeiro tópico, discutimos rapidamente a importância e o papel das metrópoles no mundo atual, especificando algumas diferenças existentes entre as metrópoles do primeiro mundo e do terceiro. No tópico seguinte, fazemos uma discussão sobre os chamados enclaves fortificados, a nova forma de moradia das elites urbanas. Tentamos analisar as implicações desse processo, não apenas do ponto de vista espacial, mas também sociopolítico. No 3º tópico, analisamos a outra face da moeda, ou seja, como as classes empobrecidas da população vivem e se apropriam do território urbano.

Em seguida, analisamos com bastante atenção a questão da territorialização do tráfico de drogas varejista nas favelas e as principais consequências desse fenômeno, especialmente para a população que vive nas áreas segregadas em geral. No tópico seguinte, fazemos uma discussão sobre a questão da governabilidade nas metrópoles atuais e as várias faces que esta questão possui. Por fim, apresentamos nossas considerações finais a respeito dos temas aqui discutidos. Esperamos que as discussões realizadas aqui sirvam, ao menos, para estimular as pessoas que se interessam pelo assunto a se aprofundarem cada vez mais na referida temática, dada a relevância que esta possui nos dias atuais.

A primazia dos espaços metropolitanos no mundo globalizado

No mundo contemporâneo, o fenômeno conhecido como globalização torna-se cada vez mais intenso e dinâmico. Os acontecimentos econômicos, políticos e sociais da atualidade se manifestam em um ritmo avassalador, sem precedentes na história da humanidade. A globalização proporcionou uma maior fluidez ao capital e às mercadorias em escala global, sobretudo graças às novas tecnologias de informação e aos avanços nos sistemas de transportes. Neste mundo globalizado e (supostamente) integrado, as metrópoles desempenham um papel fundamental nas relações de poder entre os diferentes países.

Nas metrópoles, tanto dos países centrais como dos periféricos, estão concentrados os principais núcleos de comando financeiro dos chamados atores hegemônicos da economia global, ou seja, os grandes grupos financeiros e industriais oriundos dos países mais ricos. Em síntese, podemos dizer que as metrópoles são os lugares onde se realiza o elo entre o local e o global, tanto nos países centrais como nos países periféricos.

Portanto, no mundo atual, os espaços metropolitanos possuem um papel de primazia indiscutível no conjunto de relações que determinam os rumos da sociedade. Haesbaert (2002) define a metrópole como sendo um espaço síntese da modernidade: “Há muitos sítios espaciais que poderiam ser escolhidos como exemplos da modernidade, mas nenhum é tão característico e próprio como o fenômeno da metropolização” (p. 88).

Entendida dessa forma, a metrópole seria, portanto, a expressão e a forma espacial mais representativa e emblemática da sociedade e do mundo atual. Nesse sentido, as metrópoles se constituem no principal palco de atuação dos mais diversos atores sociais, políticos e econômicos da modernidade. Enfatizando o caráter plural e multifacetado do espaço metropolitano, Haesbaert afirma que este é “(...) um território complexo onde se mesclam e se separam diversas identidades” (2002, p. 96). O autor reforça esta idéia, dizendo que o espaço metropolitano se trata de

(...) um espaço multiapropriado, onde as contínuas e intermitentes renovações geram um complicado fluxo de deslocamentos. Se o espaço é, como concebemos a princípio, fonte e condição indispensável para a constituição de determinados grupos, é natural que haja neste espaço constantes disputas, avanços e recuos que constituirão os termos necessários em que serão

reproduzidas as dinâmicas sociais do ambiente metropolitano (HAESBAERT, 2002, p. 96)

Cabe lembrarmos, evidentemente, que os conflitos a que o autor se refere se manifestam de maneira diferenciada nos países ricos e nos países pobres. Embora haja semelhanças entre os papéis desempenhados pelas metrópoles dos dois grupos de países, a dinâmica de seus conflitos é bastante diferenciada em razão, sobretudo, do nível da desigualdade social existente nos países centrais e nos países periféricos, sendo que estes últimos apresentam índices muito mais graves e alarmantes do que os primeiros.

Na introdução de sua obra “O Desafio Metropolitano – Um estudo sobre a problemática socioespacial nas metrópoles brasileiras”, Souza (2000) fala sobre a crise urbana no Brasil, que é, para o autor, acima de tudo, uma crise metropolitana (p. 17). Essa crise a que o autor se refere é especificamente brasileira, ou melhor, das metrópoles brasileiras.

Portanto, embora existam alguns problemas que são comuns a todas as metrópoles do planeta, deve ficar claro que as metrópoles terceiro-mundistas apresentam problemáticas bastante específicas. Haesbaert (2002) esclarece que as metrópoles do Terceiro mundo possuem toda uma especificidade e “...um jogo ainda mais complexo de opressão e liberdade” (p. 97) em relação às metrópoles do primeiro mundo.

Dessa forma, as metrópoles se constituem em um laboratório social de análise privilegiado para os pesquisadores dos mais diversos ramos das Ciências Humanas (Sociologia, História, Geografia, Antropologia, Economia, etc.), já que elas acabam evidenciando o que há de mais moderno e avançado em um país, de um lado, e também as maiores desigualdades e problemas sociais vivenciados por uma sociedade, sobretudo no que se refere à distribuição de riquezas, por outro.

Atualmente, as metrópoles brasileiras (sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo) têm mostrado de maneira bastante escancarada esses problemas, como, por exemplo, a segregação socioespacial (ou segregação residencial) e a questão da violência e da criminalidade, sendo estas últimas quase sempre associadas ao tráfico de drogas.

Os problemas da criminalidade e da violência, especificamente, têm provocado mudanças significativas na organização espacial das grandes cidades brasileiras, sobretudo das metrópoles. As classes mais favorecidas do ponto de vista econômico têm procurado se isolar do restante da cidade (e conseqüentemente, da sociedade), abrigando-se em condomínios fechados (ou exclusivos). Essa nova forma de moradia das classes de mais alto poder aquisitivo tem produzido, cada vez mais, uma cidade fragmentada, acentuando a segregação e a exclusão social. Os condomínios fechados das elites econômicas, expressão mais significativa deste fenômeno, são o objeto de nossa discussão no próximo tópico.

Os condomínios exclusivos e o isolamento das classes de alta renda

Nos últimos anos, os pesquisadores envolvidos com a questão das cidades têm se debruçado cada vez mais sobre um tema que vem provocando transformações significativas na organização do espaço urbano: os condomínios fechados das classes de alto poder aquisitivo. Esses condomínios, na verdade, não são produzidos apenas com a finalidade de moradia. Dentro deles existem espaços destinados às compras, ao lazer, aos serviços, etc. É como se estivessem sendo produzidas cidades dentro das cidades (Sposito, 2003). Pouco a pouco, os condomínios se tornam mais sofisticados e exigem de seus moradores deslocamentos cada vez menos freqüentes em direção à cidade. De acordo com Haesbaert:

Os condomínios exclusivos são a expressão dessa nova forma de morar. Cercados por semelhantes, agrupam-se ilhados e isolados por cercas e muros do mundo estranho e adverso circundante, (como se este não fosse, em grande parte, resultado de sua própria criação). Freqüentam os mesmos lugares, compram os mesmos artigos, há espaços para lazer e compras, “tudo sem sair de casa”. Para se penetrar nesta cidadela ultrapassam-se diversos umbrais e controles. Cruzam-se guaritas, portarias, vestíbulos, interphones e, finalmente,

podemos ingressar neste mundo que, a todo momento, traduz sua estranheza e desconfiança a tudo que lhe seja contraposto. (HAESBAERT, 2002, p. 98)

Caldeira (1997), em um estudo muito rico e abrangente, apresenta uma definição interessante a respeito desses condomínios.

Nas últimas décadas, a proliferação de enclaves fortificados vem criando um novo modelo de segregação espacial e transformando a qualidade da vida pública em muitas cidades ao redor do mundo. Enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho (CALDEIRA, 1997, p. 155).

Os habitantes desses locais, portanto, querem viver um mundo à parte, um mundo distante do restante da sociedade. Reproduzem, dessa forma, uma cultura segregacionista e excludente das elites econômicas em relação ao “resto” da sociedade, que vem se acentuando nos últimos anos, em decorrência, sobretudo, dos altos índices de violência urbana. Como consequência disso, a cidade e o território urbano tornam-se cada vez mais fragmentados, reproduzindo no plano espacial a desigualdade social existente na sociedade.

Caldeira (1997) ressalta a diferença existente entre os estágios anteriores de organização do espaço das cidades e o atual. De acordo com a autora, no começo do século XX, em São Paulo, os diferentes grupos sociais viviam bastante próximos uns dos outros, “...embora em arranjos residenciais radicalmente distintos: os ricos, em casas espaçosas, os pobres, amontoados nos cortiços” (1997, p. 156).

Em seguida, em um período que se estende da década de 1940 à década de 1980, a cidade passou a ser organizada pela divisão entre centro e periferia. Os ricos habitavam os bairros centrais, que possuíam toda a infra-estrutura necessária, e os pobres habitavam as áreas periféricas, extremamente carentes de infra-estrutura e equipamentos coletivos (Caldeira, 1997, p. 156).

Nos últimos anos, em um processo que ganhou corpo já na década de 1980 e se intensificou na década seguinte, o padrão de organização espacial foi novamente modificado. Neste período, “... as distâncias físicas entre ricos e pobres diminuíram, mas os mecanismos para separá-los tornaram-se mais óbvios e complexos” (Caldeira, 1997, p. 156). As classes mais abastadas passaram a morar nas periferias das cidades, em condomínios horizontais dotados de áreas verdes e fortes esquemas de segurança interna, para se afastar do centro da cidade e de todos os “inconvenientes” que a vida em sociedade traz para o cotidiano.

Há, contudo, um elemento de grande importância a ser explorado nessa questão: as classes médias e altas, que habitam os chamados enclaves fortificados, querem uma vida cada vez mais luxuosa e prática, livre de obrigações domésticas e burocráticas, como ir ao banco, lavar roupa, limpar a casa, ir ao supermercado fazer compras, dentre outras tarefas. Alguém, portanto, precisa desempenhar essas funções. Obviamente, as pessoas contratadas para fazer esse tipo de serviço são as pessoas das classes mais desfavorecidas, que moram nas áreas centrais degradadas ou na periferia pobre e precária. Justamente aquelas pessoas que os habitantes dos enclaves querem distância, pois acreditam que assim estarão em segurança.

Assim, o próprio estilo de vida das classes de alta renda residentes nas grandes cidades faz com que estas dependam, e dependam muito, dos serviços das pessoas mais pobres. Dessa forma, por mais que as elites busquem um isolamento dos outros habitantes da cidade, esse isolamento não deixa de ser uma mera utopia, em razão dos motivos mencionados acima.

No dia 19 de maio do ano de 2006, o escritor Ferréz concedeu uma entrevista à Agência Carta Maior, falando sobre a atuação da Polícia Militar de São Paulo na periferia da capital paulista, nos dias seguintes aos ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC). Os referidos ataques paralisaram a metrópole e deixaram todo o Estado de São Paulo em alerta. Durante a entrevista, o repórter perguntou por que Ferréz acha que a elite tem um comportamento suicida. O escritor deu a seguinte resposta:

Em um Estado onde uma pessoa tem milhões e a outra não tem o que comer no dia, esses mundos acabam se encontrando um dia. E é claro que vão se encontrar, porque é a gente que limpa a casa deles, que cuida da segurança deles, que dirige o carro deles. Não tem como um cara carregar uma carroça o dia inteiro e ver um Audi ali do lado, com um cara no ar condicionado confortável, e dar tchauzinho. As pessoas vão tomando ódio, porque querem que o seu filho também tenha respeito e educação, querem que o posto de saúde funcione, que os policiais não entrem na sua casa. Não é brincadeira. O dia em que a população estiver conscientizada, não vai ter como conter isso. Vai chegar uma hora que o povo vai gritar. Falamos que o brasileiro é pacato, mas quando a bomba explode, olha o que acontece! As pessoas trabalham doze horas por dia e não têm pão pra colocar na mesa. Isso é culpa de quem, do pobre? (CARTA MAIOR, 19/05/06)

Fica evidente, portanto, a relação tensa e conflituosa existente entre esses dois mundos. Ao que parece, ficará cada vez mais difícil manter esse mundo de faz-de-conta que as elites querem acreditar que existe. Além disso, não podemos esquecer que, há quase trinta anos, a economia brasileira vem apresentando um desempenho pífio, sendo, portanto, incapaz de dar uma perspectiva de vida e de futuro para milhões de pessoas, sobretudo as mais pobres. Parece que a década perdida de 1980 se estendeu para a década de 1990 e para esta primeira década do século XXI.

Souza (2000) faz um comentário interessante a respeito dessa questão. Para o autor, a estratégia de auto-segregação das elites é

(...) insustentável a longo prazo, ao menos nos marcos de uma sociedade minimamente democrática. Seriam necessários uma repressão e um controle social incrivelmente autoritários para continuar mantendo indefinidamente essas ilhas de prosperidade e felicidade que são os condomínios exclusivos a salvo de catástrofes em meio a um oceano de crescentes tensões sociais. Em outras palavras, ou promove-se a justiça social, de modo a dar mais efetividade às garantias democráticas existentes, ou o imperativo de controle sociopolítico imporá a necessidade de mais repressão, o que solapará as condições mínimas de exercício da liberdade (SOUZA, 2000, p. 207-208).

Ao que parece, as elites brasileiras não estão dispostas a enfrentar essa situação de outra maneira que não seja o escapismo (Souza, 2000), isto é, a fuga para um lugar supostamente seguro e livre de todos os perigos inerentes à vida moderna, e com isso simplesmente ignorar as mazelas sociais que atingem as camadas mais empobrecidas da população brasileira. A análise de Sposito caminha nessa direção:

As práticas socioespaciais de separação e controle revelam, profundamente, a forma como a sociedade opta e legitima a opção por uma democracia relativa, no âmbito da qual as relações, entre os que pertencem a diferentes segmentos socioeconômicos, podem se dar, apenas, quando e da forma como os que têm mais consideram adequado que essas relações se estabeleçam (SPOSITO, 2003).

Nesta cidade fragmentada, que é resultante desse processo, as classes mais pobres da população habitam, na maioria das vezes, áreas extremamente precárias e distantes do centro da cidade. Este, porém, não é o único problema a ser enfrentado pelas populações pobres, sobretudo as que vivem nas favelas das duas principais metrópoles nacionais. Há outras dificuldades que essas pessoas precisam enfrentar no dia-a-dia, travando uma luta constante e diária por sua sobrevivência.

A outra face da moeda: a cidade dos excluídos

Em um país capitalista periférico, as desigualdades socioespaciais são muito mais evidentes do que nos países capitalistas centrais, como já foi colocado anteriormente. Sendo assim, os contrastes entre pobreza e riqueza no espaço urbano são muito mais visíveis nos primeiros do que nos últimos. Esses contrastes tornaram-se ainda mais perceptíveis nos últimos anos devido à

fuga das elites para as periferias urbanas, como Caldeira (1997) explicou, o que provocou enormes impactos na estruturação interna das cidades mais afetadas com esse processo.

Nesse contexto de produção de uma cidade desigual, a população pobre se vê obrigada a morar nas áreas mais precárias do ponto de vista das infra-estruturas e dos equipamentos coletivos. Caiado (1997) analisa o padrão de urbanização brasileiro relacionando-o com o modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo país. Segundo a autora, o desenvolvimento que ocorreu no período entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início da década de 1980 se definiu por algumas características, dentre as quais destacam-se: expansão do mercado interno, elevadas taxas de crescimento, acelerado processo de industrialização e urbanização, que teve como efeito mais imediato grandes deslocamentos populacionais, alterando profundamente a estrutura demográfica do país.

Contudo, apesar de todo esse dinamismo, Caiado lembra que

(...) o modelo é extremamente concentrador, de renda e população, e bastante excludente, gerando um contingente de trabalhadores subempregados, extremamente mal remunerados, inseridos em formas de organização de produção intensiva e em trabalhos de baixa capacidade de acumulação e produtividade (CAIADO, 1997, p. 458)

Como conseqüência disso,

(...) a expansão urbana se apóia numa sociedade com uma distribuição de renda bastante desigual, tendo como resultado a concentração de renda e população nas grandes cidades, surgindo uma estrutura social urbana fragmentada e segregada espacialmente, com a generalização das periferias urbanas, principalmente, mas não só, nos grandes centros urbanos (CAIADO, 1997, p. 459).

Há, portanto, uma estreita relação entre o modelo de desenvolvimento econômico adotado, o empobrecimento da classe trabalhadora e a extensão do tecido periférico nos grandes centros. A produção das favelas e dos bairros periféricos nas grandes cidades acaba sendo um reflexo das políticas econômicas adotadas pelo Estado brasileiro ao longo desses anos, especialmente no período Pós-Guerra, quando o fenômeno da urbanização começou ganhar importância.

Para Souza (2000, p. 193) a favelização e a periferização são os traços mais característicos da pobreza urbana nos dias atuais. Nessas áreas, como podemos facilmente constatar, existem uma série de problemas, principalmente aqueles relacionados à ausência de infra-estrutura. Contudo, para o referido autor, o "(...) traço mais impressionante da favelização, da década passada pra cá, fica por conta (...) da *territorialização de favelas por parte do tráfico de drogas*"¹ (Souza, 2000, p 193).

Portanto, como se não bastassem os problemas relacionados à falta de emprego, à ausência de infra-estrutura e equipamentos coletivos, as dificuldades de deslocamentos pelo território urbano, dentre outros, a população favelada ainda precisa conviver lado a lado com os traficantes de drogas que se apropriam do território das favelas e estabelecem suas próprias leis de controle social.

O tráfico de drogas e o controle territorial dos espaços segregados

As favelas são, nos dias atuais, os principais territórios dominados e utilizados como suporte logístico pelo tráfico de drogas de varejo, ainda que não sejam os únicos (Souza, 2000, p. 193-194). Estamos assistindo, nos últimos anos, a um verdadeiro processo de formação de enclaves territoriais pelo tráfico de drogas nas favelas metropolitanas brasileiras, em especial na cidade do Rio de Janeiro.

Esses enclaves territoriais devem ser vistos como territórios controlados por grupos específicos, neste caso as quadrilhas de traficantes, que possuem suas próprias leis e normas de funcionamento. Por mais absurdo que possa parecer, as leis do Estado não se aplicam a esses

¹ Grifo do autor

lugares. Conforma-se, então, um poder paralelo, que impõe suas regras específicas aos moradores locais.

Moura (2004), ao analisar a questão da violência urbana no Rio de Janeiro, afirma que os conflitos que envolvem as quadrilhas de traficantes na disputa pelo comando do tráfico nas favelas cariocas são conflitos que têm "...uma vocação de poder, mas de um poder paralelo, que não pretende substituir-se ao poder estatal" (p. 8).

A autora propõe chamar de "novíssimas guerras" os conflitos que vêm ocorrendo com cada vez mais frequência em grandes cidades terceiro-mundistas, como é o caso do Rio de Janeiro. De acordo com a autora, estes conflitos devem ser tratados de maneira diferenciada pela seguinte razão:

Não se trata de conflitos territoriais ou por recursos que opõem grupos beligerantes que disputam o Estado ou o monopólio do uso da força, mas sim de concentrações de grande intensidade de violência em territórios muito limitados, ou micro territórios (bairro, comunidades urbanas, zonas suburbanas), dentro de um contexto nacional de paz aparente (MOURA, 2004, p. 8).

Para a autora, "as novíssimas guerras" seriam aquelas manifestações brutais de violência (protagonizadas, sobretudo, pelo crime organizado) em territórios específicos, delimitados, dentro de países que vivem oficialmente em paz. Como essa violência não afeta todos os segmentos da sociedade diretamente, parece não haver um grande empenho por parte do Estado e da sociedade de uma maneira geral para resolver definitivamente a questão. O objetivo desses grupos, protagonistas dessas novas formas de violência não é assumir o papel do Estado e se tornar o tutor da sociedade em seu conjunto, mas sim o de manter o domínio territorial sobre áreas específicas visando objetivos puramente econômicos, isto é, enriquecer a partir de atividades ilícitas, como o tráfico de drogas e de armas.

No caso específico do Rio de Janeiro, assistimos já há décadas os conflitos entre as diferentes quadrilhas e facções nas favelas visando o controle do mercado ilegal das drogas. O Estado, por sua vez, parece cada vez mais incapaz de dar uma resposta rápida e direta para a sociedade, especialmente para a população das favelas, que é, indubitavelmente, a maior afetada por esses conflitos. Em algumas ocasiões, quando a situação chega a um nível insustentável perante a opinião pública, a polícia, ou até mesmo o exército, ocupam as favelas para combater o tráfico, com o objetivo de "restabelecer a ordem". No dia 3 de março de 2006, cerca de 1,6 mil soldados ocuparam dez comunidades carentes do Rio de Janeiro. O *síte* da Agência Carta Maior noticiou o fato da seguinte maneira:

Desde a última sexta-feira (3), tropas do Exército ocupam as ruas dos bairros onde estão situadas algumas das maiores comunidades carentes do Rio de Janeiro. A notícia já não causa espanto aos cariocas, acostumados desde 1992 a ver os militares assumirem de tempos em tempos tarefas no combate ao narcotráfico. A novidade desta vez é que uma mega-operação - com cerca de 1,6 mil soldados, contingente maior do que o deslocado pelo Ministério da Defesa para compor a missão da ONU no Haiti - foi montada não para atender a uma operação conjunta de segurança pública, como das vezes anteriores, mas para recuperar dez fuzis e uma pistola do Exército que foram roubados pelos traficantes depois do Carnaval (CARTA MAIOR, 08/03/06)

O grande problema é que, quase sempre, esta guerra entre as forças oficiais de segurança e as quadrilhas de traficantes faz vítimas inocentes. Os conflitos são inevitáveis, principalmente pelo fato de que a presença de forças de segurança atrapalha o comércio varejista de drogas. Desta vez, não foi diferente. De acordo com a mesma reportagem:

O pior aconteceu no Morro do Pinto, onde o jovem Eduardo dos Santos foi

² Comando Militar do Leste

³ Grifo do autor

⁴ Grifo do autor

atingido e morto por dois tiros no peito e na mão. A comunidade, onde o menino estava visitando um tio, não foi ocupada pelos militares, mas fica colada à Providência, de onde vieram os disparos que mataram Eduardo. Segundo testemunhas, o garoto segurava um guarda-chuva e este teria sido confundido com um fuzil pelos soldados. O CML² afirma que não efetuou tiros no Morro do Pinto, mas admite o confronto na Providência. Agora, resta esperar o laudo de balística para saber se os projéteis que atingiram Eduardo vieram de um fuzil FAL, usado pelos soldados, ou de um AR-15, usado pelos traficantes (CARTA MAIOR, 08/03/06).

A gravidade da situação é evidente. Os habitantes das favelas, por conta de tudo isso, não têm a mínima condição de se sentirem efetivamente seguros nem mesmo dentro de suas próprias casas. Muitas vezes, dependendo de como a situação se encontra, as casas dos referidos moradores são os lugares mais perigosos para se estar. Eles moram na favela, mas convivem sob a ameaça diária e constante dos conflitos entre facções criminosas rivais, ou destas com a polícia e/ou o exército.

Pode-se afirmar, portanto, que os moradores das favelas não possuem, de fato, um controle efetivo sobre o território em que vivem. Isso se deve tanto em razão do poder paralelo que é exercido pelos grupos criminosos, como pelos conflitos entre estes e entre as forças de segurança oficiais. Haesbaert (2004) afirma que a idéia de desterritorialização, que pode ser entendida a partir de perspectivas políticas, econômicas e culturais, deve ser aplicada também

(...) a fenômenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos mais excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, de fato impossibilitados de construir e exercer efetivo controle sobre seus territórios, seja no sentido de dominação político-econômica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural.” (HAESBAERT, 2004, p. 312).

Não seria este o caso dos moradores das favelas cariocas? Pelo menos no que se refere ao aspecto da dominação político-econômica de que fala Haesbaert, podemos afirmar seguramente que sim. Os moradores estão territorializados do ponto de vista geográfico, isto é, possuem um local para morar, mas não possuem um controle efetivo de seu território, na medida em que este papel é assumido pelos agentes do tráfico, o que é agravado pela omissão e descaso das autoridades. Esse quadro caracteriza o que Haesbaert chama de territorialização precária (2004, p. 313). A análise de Souza vai ao encontro a essa idéia:

(...) o fato de viverem em territórios pouco controlados efetivamente pelo Estado não significa que os moradores comuns se autogovernem: sob a tirania dos traficantes a sua *autonomia*³, na verdade, tem diminuído: desde a autonomia para escolher a diretoria da associação de moradores até a autonomia para escolher o samba-enredo que a escola mostrará à cidade e ao mundo durante o carnaval (SOUZA, 2000, p. 230).

No entanto, as relações entre moradores e traficantes não se dão apenas dessa maneira. É necessário entender que essas relações não são simplesmente relações entre dominadores (traficantes) e dominados (moradores comuns). Uma vez envolvidos nesse mundo complexo e perigoso que é a favela dominada e territorializada pelo tráfico, os moradores necessitam estabelecer determinados vínculos com os traficantes, não por livre e espontânea vontade, mas por uma questão de sobrevivência. Souza explica muito bem como isso ocorre:

(...) os moradores não-traficantes necessitam arranjar-se da melhor maneira possível com os traficantes, o que é uma simples questão de vida ou morte. Todavia, ao mesmo tempo em que ‘toleram’ e se arranjam com os traficantes, eventualmente deles recebendo benefícios materiais, os moradores não-traficantes desejariam uma presença maior do Estado: protegendo-os (e não invadindo suas casas, revistando-os de maneira humilhante e espancando-os covardemente, como sói acontecer), criando condições para que não

dependessem de atividades ilegais e garantindo-lhes lazer, saúde e educação de qualidade (SOUZA, 2000, p. 230).

A partir desses elementos, podemos constatar que a questão é muito mais complexa do que aparenta ser. Eventuais relações mais estreitas de moradores comuns com traficantes devem ser pensadas dentro desse contexto, e não a partir dos preconceitos e idéias superficiais oriundas da ideologia burguesa. Isso porque, como freqüentemente se faz, associam-se os moradores aos traficantes de uma maneira determinista e mecânica. Nessa forma de enxergar a situação, todos os moradores da favela são bandidos, maus elementos que precisam ser expurgados da sociedade. Esta, aliás, é a lógica da polícia e das forças armadas. Quando as forças oficiais de segurança sobem o morro, não existe distinção entre morador comum e traficante: todos se tornam alvos.

Na reportagem da Agência Carta Maior citada anteriormente, que fala sobre a ocupação das favelas pelo exército no Rio de Janeiro, Cecília Coimbra, vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais e autora do livro "Operação Rio: O mito das classes perigosas (2001)", expõe o seu pensamento a respeito da questão mencionada no parágrafo acima:

É a política da criminalização da pobreza, onde todo pobre é um perigoso em potencial. A presença do Exército é inspirada na doutrina de segurança nacional da ditadura militar, que está associada à política de tolerância zero dos governos de Garotinho e Rosinha (CARTA MAIOR, 08/03/06).

Portanto, outro poderoso adversário dos moradores das favelas é o preconceito disseminado pela classe dominante que muitas vezes é legitimado pelo próprio poder público. Este pensamento associa diretamente os moradores dos espaços segregados ao tráfico de drogas, distorcendo a realidade com o objetivo de fazer a sociedade enxergar a questão sob um ângulo que é, na verdade, conveniente para as chamadas classes dominantes.

O grande problema é que, a nosso ver, o próprio sistema econômico e político em que vivemos se constitui em um estímulo à população mais empobrecida para que esta participe cada vez mais de atividades e estratégias ilegais de sobrevivência. Uma sociedade em que as oportunidades de emprego não aparecem, e as pessoas não enxergam nenhuma perspectiva de melhorar sua vida a curto e médio prazo, é extremamente propícia para que esse tipo de fenômeno aconteça com cada vez mais intensidade.

Santos (1998) expressou muito bem o contexto que estamos vivendo atualmente: "As exclusões produzidas são radicais e inelutáveis, a tal ponto que os que as sofrem, apesar de formalmente cidadãos, são de fato excluídos da sociedade civil e lançados em Estado de natureza". As pessoas lançadas neste Estado de natureza vêem-se obrigadas, muitas vezes, a ingressar no mundo do crime. Não porque querem ou porque desejam enriquecer ilicitamente, mas para conseguirem condições mínimas de sustento para suas famílias.

Frente a tudo isso, como o Estado vai enfrentar esse problema, que é um problema de segurança pública, mas é, antes de tudo, uma questão social? Ou seria melhor perguntar: será que o Estado está disposto a enfrentá-lo? Como?

A questão da governabilidade frente ao caos metropolitano

Quando assistimos nos telejornais as notícias referentes aos conflitos entre polícia e traficantes, e o domínio que estes últimos exercem nos espaços segregados, é comum ouvirmos que o país está passando por uma crise de governabilidade. Isso porque o Estado, o poder oficial, vem gradativamente perdendo espaço para grupos criminosos que constituem um verdadeiro poder paralelo nas periferias pobres das grandes cidades brasileiras.

É necessário, no entanto, antes de se fazer uma discussão mais aprofundada a respeito desta crise de governabilidade, que se faça uma distinção entre as noções de *governabilidade* e *governança*. De acordo com Souza (2000, p. 222), a governança se refere, essencialmente, à capacidade do Estado de governar. Ela diz respeito ao funcionamento das instituições e dos aparelhos de Estado. Seria, portanto, a capacidade do Estado de governar vista pelo prisma

institucional.

A governabilidade, por sua vez, seria "...um atributo *daquilo que se governa* (ou, melhor ainda seria dizer, *daqueles*⁴ que são governados), isto é, da própria sociedade" (Souza, 2000, p. 223). O autor ressalta que a governabilidade "...não é um atributo do Estado, como ocorre com a governança" (2000, p. 223).

No entanto, é preciso atentar para uma questão fundamental: quando se fala na crise de governabilidade que assola as metrópoles nacionais, há a tendência de pensarmos que esta é resultado direto das ações e do comportamento da população pobre e favelada. Mas e quanto ao "comportamento usualmente escapista e socialmente predatório das elites brasileiras"? (Souza, 2000, p. 234). Não pode ser visto, também, como um fator instigante de uma crise de governabilidade? A questão levantada por Souza é a seguinte:

A ingovernabilidade é, decididamente, um fenômeno multifacetado, embora uma única de suas faces – associadas aos pobres, à violência e aos seus espaços imediatos – seja o bode expiatório que ajuda, involuntariamente, a encobrir a verdadeira extensão social do problema. (SOUZA, 2000, p. 234).

Assim, a ingovernabilidade é um processo alimentado e realimentado nos dois extremos da sociedade: tanto pelos pobres como pelas elites. De qualquer forma, a crise de governança que parece assolar o Estado nos dias atuais acaba contribuindo para a acentuação da ingovernabilidade no meio urbano, sobretudo nas metrópoles. Azevedo e Anastasia (2002) estabelecem uma linha de raciocínio que respalda esta idéia:

Embora governança seja um atributo do Estado e governabilidade um atributo da sociedade, (...) consideramos que há uma importante imbricação entre ambos, já que Estado e sociedade só podem ser pensados como entes relacionais (2002, p. 02).

Os dois autores afirmam ainda que: "(...) a natureza da relação entre Estado e sociedade afeta, concomitantemente, os graus e as formas de governança do Estado e de governabilidade da sociedade (Azevedo e Anastasia, 2002, p. 02)". Dessa forma, a relação dialética existente entre crise de governança e crise de governabilidade é decisiva para a ocorrência do fenômeno denominado por Souza como fragmentação do tecido sociopolítico-espacial (2000, p. 216). Esse termo seria uma forma sintética de se definir as principais questões discutidas aqui: a formação de enclaves territoriais pelo tráfico de drogas varejista e a auto-segregação das elites em direção às periferias dos grandes centros urbanos. Como podemos perceber, um processo alimenta o outro:

Essa formação de enclaves controlados por grupo de criminosos, enclaves esses que funcionam como os nós de redes do tráfico de varejo de drogas ilícitas, contribui, de sua parte, para reforçar, na outra ponta do espectro socioeconômico, o fenômeno da auto-segregação, o qual também possui implicações territoriais em sentido amplo (SOUZA, 2000, p. 217).

A fragmentação do tecido sóciopolítico-espacial seria, portanto, o resultado desse processo de segregação entre as classes sociais no meio urbano e os conflitos decorrentes do mesmo. Como Souza bem colocou: "Pode-se arriscar mesmo a tese de que o que está em jogo, (...) é a própria cidade em seu sentido usual", visto que o espaço da mesma torna-se um espaço "cada vez mais fraturado sociopoliticamente e menos vivenciado como um ambiente comum de socialização" (2000, p. 217).

A cidade, assim, vem deixando de ser um espaço de convívio entre os diferentes grupos sociais para tornar-se um espaço cada vez mais organizado e controlado por mecanismos de segregação, que visam separar ricos e pobres causando enormes obstáculos ao exercício do regime democrático, especialmente para as camadas da população que se encontram excluídas do ponto de vista econômico, político e social. Ribeiro e Júnior (2003) fazem uma análise do papel que a cidade desempenhou anteriormente e do papel que a mesma desempenha nos dias atuais:

Desde Marx, Weber, Tönies, Sombart e Simmel, a cidade tem sido pensada como o lugar da modernidade e da democracia, em razão do seu papel na

autonomização do indivíduo das amarras que o ligavam à ordem estamental, na formação das classes e na instituição dos direitos políticos sociais. O debate contemporâneo sobre os impactos nas grandes cidades das transformações econômicas (globalização e re-estruturação produtiva), no entanto, é marcado pela hipótese da emergência de uma nova ordem socioespacial na qual a cidade cumpre um papel exatamente inverso, (...) onde as elites passam a controlar de maneira exclusivista a ordem poliárquica deformada, abandonando ao hobbessianismo os deserdados da nova ordem do mercado (RIBEIRO & JÚNIOR, 2003, p. 02).

As camadas desfavorecidas da população, que na realidade são as que mais dependem do aparelho de Estado e dos serviços públicos, ficam abandonadas a sua própria sorte, em condições cada vez mais precárias de sobrevivência. As elites econômicas e políticas, por sua vez, parecem não enxergar o tamanho do fosso social que assola o país e aumenta cada vez mais a distância entre ricos e pobres. O comportamento predatório e anti-democrático dos grupos dominantes em relação ao “restante da sociedade”, a nosso ver, contribui decisivamente para o agravamento deste quadro, alimentando as crises de governabilidade e de governança, sendo que estas reforçam-se mutuamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As idéias expostas e discutidas neste texto têm como principal objetivo fornecer elementos para se pensar as verdadeiras causas dos problemas que assolam nossas metrópoles atualmente, a partir de contribuições teóricas de estudiosos do tema e de notícias a respeito de fatos que aconteceram recentemente.

As metrópoles são, realmente, onde os maiores contrastes do Brasil se evidenciam. Ao mesmo tempo em que são os maiores símbolos ou sítios espaciais da modernidade, são também os lugares onde as injustiças sociais aparecem de maneira mais escancarada. Sem sombra de dúvida, os moradores dos espaços segregados, isto é, das favelas e dos loteamentos periféricos de baixa renda, são os mais prejudicados com essas injustiças e desigualdades que caracterizam nossas metrópoles. Esses moradores, além de se sentirem acuados pela criminalidade, ainda sofrem com as precárias condições de vida, como a falta de emprego, saúde e educação de qualidade, e moradia digna.

O pior de tudo: na maioria das vezes, eles não podem contar nem com o próprio Estado. Este, no fim das contas, para essa população, acaba sendo mais um inimigo do que um aliado. Além de temer os traficantes de drogas, os moradores das áreas pobres ainda sofrem com a opressão policial, opressão que vem daqueles que deveriam estar lá para protegê-los, e não para atacá-los. A quem, portanto, essas pessoas vão recorrer?

O comportamento covarde e hipócrita das elites brasileiras só faz agravar este quadro, na medida em que estas lavam suas mãos perante os problemas dos pobres e os abandonam à sua própria sorte. Fica difícil pensar em uma solução rápida e definitiva para essa questão. Temos que ter consciência, antes de mais nada, de que não existe uma solução pronta e acabada para se resolver esses problemas, que na verdade engloba vários aspectos.

Além do mais, acreditamos que com o atual modelo político e econômico vigente no país será muito difícil reverter essa situação a curto e médio prazo. Essa, infelizmente, parece ser a análise mais realista. Fica difícil imaginarmos uma saída para todos esses conflitos se não houver uma mudança brusca nos rumos da atual política econômica e social brasileira, permitindo distribuição de renda e, conseqüentemente, de oportunidades mais justas.

No entanto, não se deve virar as costas para a realidade e acreditar que tudo está perdido. Isso seria agir da mesma forma que as elites. As pessoas que realmente se preocupam com estas questões devem se articular a setores já mobilizados da sociedade civil que lutam para amenizar os males causados pela miséria e pela injustiça social. Afinal de contas, esperar uma resposta rápida e definitiva vinda de cima para baixo seria o mesmo que viver em um conto de fadas.

Felizmente, existem pessoas seriamente engajadas em movimentos sociais oriundos das

periferias metropolitanas que lutam para afastar os jovens do tráfico e lhes oferecer uma outra perspectiva de vida. Além disso, existe uma série de pesquisadores pertencentes a diferentes áreas do conhecimento (Sociologia, Ciência Política, História, Geografia, Antropologia, etc.) comprometidos com o estudo dessa realidade, dispostos a pensar e propor medidas que amenizem os grandes problemas vivenciados pelas camadas mais pobres da população nos grandes centros urbanos.

Essa mobilização, infelizmente, não tem poder suficiente para reverter esse quadro totalmente. Mas não deixa de ser uma esperança para aqueles que, não podendo contar com o Estado, precisam recorrer a outros meios na busca por uma vida mais digna.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, S. de & ANASTASIA, F. **Governança, “accountability” e responsividade.** Disponível em < <http://www.rep.org.br/pdf/85-5.pdf> >. Data de acesso: julho de 2006.

CAIADO, M. C. S. **O padrão de urbanização brasileiro e a segregação espacial da população na região de Campinas:** o papel dos instrumentos da gestão urbana. IX Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, 1997

CALDEIRA, T. P. R. **Enclaves fortificados: a nova forma de segregação urbana.** In: **Revista Novos Estudos**, 47, SP, CEBRAP, março/1997.

CARTA MAIOR. **Entrevista – Ferréz.** Disponível em < http://agenciartamajor.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=11191 >. Data de acesso: julho de 2006.

CARTA MAIOR. **Ocupação de favelas provoca morte; estudiosos criticam.** Disponível em < http://agenciartamajor.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=10144 >. Data de acesso: julho de 2006.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Territórios alternativos.** Rio de Janeiro: Contexto, 2002.

MOURA, T. **Novíssimas guerras, novíssimas pazes.** Desafios conceptuais e políticos. Disponível em < <http://www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/oficina/214/214.pdf> >. Data de acesso: julho de 2006.

RIBEIRO, L. C. de Q. & JÚNIOR, O. A. dos S. **Democracia e segregação urbana:** reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira. Disponível em < <http://www.scielo.cl/pdf/eure/v29n88/art04.pdf> >. Data de acesso: julho de 2006.

SANTOS, B. S. Os fascismos sociais. **Folha de São Paulo**, 6 de setembro. 1998.

SPOSITO, M. E. B. **A cidade dentro da cidade.** Uma Edge City em São José do Rio Preto. Disponível em < [http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(045\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(045).htm) >. Data de acesso: julho de 2006.

SOUZA, M. L. **O desafio metropolitano:** um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.